

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita descarta ato ilegal contra Flávio Bolsonaro em escândalo das "rachadinhas"3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Texto final sancionado é de um presidente acuado5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Cortes pesados na área social6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relator defende derrubada de vetos8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS, um sonho inatingível9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Corte de 41% no orçamento do INSS ameaça atendimento a segurados10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro mantém no Orçamento previsão de reajuste para servidores12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Um Orçamento a serviço da reeleição (Editorial)15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Veto no Orçamento afeta mais o INSS e Educação16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Tesouradas no Orçamento resultam em cortes pesados na área social17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo reserva R\$ 1,7 bi para reajuste de servidor19

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator promete leitura da reforma tributária na CCJ na 1ª semana após recesso - COLUNA
DO ESTADÃO20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC dos combustíveis dribla LRF, avaliam tributaristas22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina sobe nas bombas pela segunda semana seguida23

Terça-Feira, 25 de Janeiro de 2022

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Equacionar a previdência da União e dos demais - RAUL VELLOSO 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Pacificação, governança, reconstrução (Artigo) 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Governo de Jair Bolsonaro quer barrar reajuste de 33% no piso de professores 29

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Dinheiro curto e o PIB de 2022 (Editorial) 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Esse Orçamento é coerente com a postura de estagnação" 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Economistas veem inflação ainda mais longe da meta do BC neste ano 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BC lança serviço para encontrar dinheiro largado nos bancos 34

Receita descarta ato ilegal contra Flávio Bolsonaro em escândalo das "rachadinhas"



Ranier Bragon e Fábio Pupo

Acionada pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a corregedoria da **Receita Federal** não encontrou indícios de que o relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) que trouxe à tona o escândalo das "rachadinhas" tenha envolvido ato ilegal de auditores fiscais do Rio de Janeiro.

O caso foi arquivado pela corregedoria sob o argumento, entre outros, de que o Coaf -órgão federal de inteligência financeira vinculado ao Banco Central desde 2020- demonstrou que é ele quem repassa informações ao risco, não o contrário.

O filho do presidente Jair Bolsonaro desencadeou em 2020 uma ofensiva sobre órgãos da máquina federal para tentar anular as investigações que envolvem seu nome na suspeita de apropriação de parte de salário dos servidores de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio.

A partir de agosto daquele ano, a defesa de Flávio teve reuniões com a Presidência da República, o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e a própria Receita para tratar do caso.

A hipótese relatada às autoridades, e que resultou nas apurações da corregedoria do fisco, era a de que dois órgãos da **Receita Federal** no Rio -o Escritório de

Corregedoria da 7a Região Fiscal (Es-coro7) e o Escritório de Pesquisa e Investigação da 7a Região Fiscal (Espeio7)-podem ter acessado criminosamente os dados fiscais do senador e embaixador, por caminhos extraoficiais, a produção do relatório do Coaf que originou, em 2018, a investigação contra o filho do presidente.

O relatório do Coaf mostrou que o ex-policial militar Fabrício Queiroz, amigo do presidente Bolsonaro e ex-assessor parlamentar de Flávio na Assembleia, movimentou R\$ 1,2 milhão de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. O filho do presidente sempre negou ter promovido esquema de "rachadinha" em seu gabinete.

A conclusão a que chegou a Receita coincide com decisões judiciais contrárias a um grupo de auditores fiscais do Rio de Janeiro que acusava a corregedoria do órgão no estado de invadir ilegalmente seus dados, conforme a Folha noticiou em fevereiro de 2021.

O caso desses auditores foi usado pela defesa de Flávio para acionar diversos órgãos da máquina federal em busca da anulação das investigações contra o filho do presidente.

A ofensiva de Flávio sobre estruturas do governo comandado pelo pai foi revelada pela revista Época, que também afirmou que a Abin produziu relatórios para orientar a defesa de Flávio. A agência nega ter feito esses relatórios.

A Receita disse que não vai se manifestar sobre a apuração para identificar possíveis irregularidades em acessos aos dados de Flávio e de todo o entorno do presidente.

O resultado da devassa não foi entregue à defesa do senador. O fisco diz que tornar pública a atuação dos auditores permitiria assédio sobre eles.

A reportagem encaminhou perguntas a Flávio e às advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach, que compõem a sua defesa no caso, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

A Folha mostrou em setembro do ano passado que o filho mais velho do presidente tentava naquela época emplacar um nome de sua preferência na Corregedoria do fisco.

Flávio queria a nomeação do auditor fiscal aposentado Dagoberto da Silva Lemos, ex-diretor do Sindifisco (sindicato da categoria). Ele apontou a suposta prática de acesso ilegal a dados fiscais dos servidores que acusavam a corregedoria da Receita do Rio de acessar dados de investigados ilegalmente.

Lemos havia tido em julho do ano passado uma reunião com o presidente da República e Flávio para debater sua futura atuação no cargo.

Houve, porém, resistência do então secretário-especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, que indicou o auditor Guilherme Bibiani para o cargo. O posto está vago há cerca de seis meses, desde quando se encerrou o mandato de três anos do antigo corregedor.

Tostes Neto também deixou o cargo em dezembro após atritos e desgastes com a família Bolsonaro. Em seu lugar, assumiu o auditor-fiscal Julio Cesar Vieira Gomes.

Agora, um nome cotado para assumir a corregedoria é o do auditor-fiscal João José Tafner. Ele participou de atos de campanha bolsonarista em 2018 e é visto por membros da **Receita Federal** como um entusiasta do governo.

Flávio Bolsonaro foi denunciado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em novembro de 2020 sob acusação de liderar uma organização criminosa para recolher parte do salário de seus ex-funcionários em benefício próprio.

Os promotores de Justiça apontaram Fabrício Queiroz como operador do esquema.

Além de Flávio e Queiroz, foram denunciados outros 15 ex-assessores do filho do presidente da República. As acusações eram pela prática dos crimes de peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa.

Em novembro do ano passado, porém, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) anulou todas as decisões tomadas pela primeira instância da Justiça do Rio de Janeiro nas investigações do caso.

Por 4 votos a 1, a Quinta Turma da corte, responsável pela análise do assunto, entendeu que o juiz Flávio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio, não tinha poderes para tomar decisões sobre o filho mais velho do presidente, o que devolveu o caso à estaca zero.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro já havia decidido em junho de 2020 retirar o processo das

mãos de Itabaiana e enviar para a segunda instância. Os desembargadores, porém, mantiveram a validade das provas obtidas com suas decisões, ação que havia sido mantida pelo STJ em março.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49801&anchor=6448986&pd=8eee99ac5c251e9f47303bd46b5794a9>

Texto final sancionado é de um presidente acuado

Análise Maria Cristina Fernandes São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187123

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187123

Cortes pesados na área social



ROSANA HESSEL

O corte de R\$ 3,18 bilhões determinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento deste ano tem os ministérios do Trabalho e Previdência e da Educação como os mais atingidos, com uma tesourada conjunta de R\$ 1,8 bilhão, mais da metade do total, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA), sancionada e publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU). Para preservar gastos eleitoreiros e agradar ao Centrão, Bolsonaro preferiu cortar benefícios assistenciais, investimentos na educação básica, e verbas para pesquisa científica, para a proteção ambiental e combate a incêndios florestais e à violência contra a mulher.

No Ministério do Trabalho, que teve um corte de R\$ 1 bilhão - praticamente um terço de todo o contingenciamento orçamentário -, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), perdeu R\$ 988 milhões, dos quais R\$ 709,8 milhões em programas para melhorar a administração do órgão. Na Educação, os cortes somaram pouco mais de R\$ 800 milhões, e foram desde o apoio para o desenvolvimento da educação básica em âmbito nacional, incluindo a aquisição de veículos escolares, até o fomento à pesquisa científica, extensão e inovação das instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Praticamente metade desse montante foi contingenciada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O fato de o governo não dar justificativas plausíveis para os cortes chamou a atenção de especialistas, que não pouparam críticas às medidas eleitoreiras. "Investimento em pesquisa e na educação básica são fundamentais para um país. Estudos comprovam que é onde há mais retorno em termos de gastos na atividade econômica, mas o governo preferiu blindar o

fundo eleitoral e as emendas do relator, que são gastos de curto prazo, sem impacto na economia", lamentou a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria. "O governo preferiu gastar mais com financiamento de campanha do que com educação. Isso é um indicativo de falta de planejamento e de que o governo está focado em gastos de curto prazo, a fim de atender as demandas do Centrão, do que despesas meritórias como saúde, educação e gestão ambiental", emendou.

No Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a tesourada de Bolsonaro ficou perto de R\$ 460 milhões, com destaque para os R\$ 122 milhões previstos na implantação do projeto Sul-Fronteira, em Mato Grosso do Sul.

O presidente resolveu limar até os recursos no combate à violência contra as mulheres do Ministério da Mulher e Direitos Humanos. Os cortes na pasta somaram R\$ 16,5 milhões. E, no Ministério da Cidadania, nem mesmo os programas de assistência social ficaram de fora dos cortes, como o de estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade. A redução de gastos total na pasta ficou pouco acima de R\$ 260 milhões.

Os cortes mais expressivos no Ministério da Agricultura foram no fomento ao setor agropecuário, de R\$ 42,9 milhões, além da redução de recursos para órgãos coligados. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, teve cortes de R\$ 43,8 milhões em programas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias e inovação. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) perdeu R\$ 85,9 mil para o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas e o mesmo valor para a consolidação de assentamentos rurais.

O Ministério de Infraestrutura sofreu cortes de R\$ 177,8 milhões, principalmente, em obras rodoviárias. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações sofreu cortes de pouco mais de R\$ 10 milhões no financiamento de pesquisas de desenvolvimento científico e formação de capacitação.

Minorias desassistidas

Os cortes de verbas orçamentárias de projetos voltados para a de minorias, como indígenas e

quilombolas, provocaram protestos. Para o Instituto Socioambiental, a decisão do presidente não foi surpresa. "Os vetos reforçam o posicionamento contra os direitos dos povos indígenas e afetam diretamente os mais vulneráveis, que são os isolados. A política do governo é de sufocamento e estímulo à violência contra indígenas e quilombolas", afirmou a organização, em nota. Foram vetados recursos para o reconhecimento de territórios quilombolas, consolidação de assentamentos rurais, regularização, demarcação e fiscalização de terras indígenas.

Relator defende derrubada de vetos



Ingrid Soares

O relator da peça orçamentária de 2022, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ) demonstrou preocupação aos vetos do presidente nas áreas de previdência, educação e pesquisas. "O veto a programas do **INSS** são muito preocupantes porque, nos dois anos de pandemia, os serviços para conceder aposentadorias e outros benefícios foram muito afetados. Há uma grande demanda represada, principalmente das pessoas mais necessitadas, que o Congresso buscou atender", disse o parlamentar, por meio das redes sociais.

"Também preocupam os vetos que atingiram programas de apoio ao desenvolvimento da educação básica e de transporte escolar. Merecem ainda atenção vetos de programas na área de desenvolvimento de pesquisas, não apenas no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas em programas do MEC, da Fiocruz, da Embrapa", lembrou.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) criticou os cortes e lamentou a manutenção de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral e de R\$ 16,5 bilhões para emendas de relator. "Adivinha onde foram os cortes? Nas verbas para pesquisas científicas, indígenas, quilombolas e nos ministérios do Trabalho e da Educação. Prioridades, né?", ironizou, no Twitter.

Para André César, cientista político da Hold Assessoria, alguns dos cortes já eram esperados. "Bolsonaro foi Bolsonaro no seu estado mais puro: de um lado, manteve recursos para status quo, para não se indispor com aliados. Ele não quer criar barulho, ruído. É uma jogada bem clara dele." Do outro lado,

observou, passa a tesoura em setores voltados ao social onde não tem voto. "Quando fala em quilombolas, indígenas e afins, ele diz: "vamos cortar aqui". E tenta, ao mesmo tempo, desagradar o menos possível a equipe econômica por conta da condução da PEC da gasolina que deve sair nesta semana. É um jogo calculado para manter apoio onde tem. Com o aumento previsto só para policiais, ele manteve problema dele com as demais categorias, e isso pode causar sérios problemas. As dores de cabeça do presidente continuam."

Teto do INSS, um sonho inatingível

O teto do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) foi estabelecido em R\$ 7.087 para aposentadoria, auxílio ou pensão. Mas esse valor está longe da realidade da maioria dos brasileiros no momento em que se tornam aposentados ou pensionistas.

Segundo o economista José Luiz Pagnussat, conselheiro do Conselho Regional de Economia (Corecon/DF), a maior parte dos trabalhadores se aposenta com o salário mínimo e não com o teto do **INSS**. "Os dados de aposentadoria de hoje mostram que quase 70% dos aposentados do **INSS** recebem salário mínimo", explicou.

Para o economista, receber o teto é um privilégio de poucos. "Isso ocorre porque o salário médio do brasileiro é baixo na maior parte da sua vida laboral. Mas também, porque muitos trabalhadores, quando jovens, não planejam bem sua aposentadoria", afirmou. "Outros, diversificam as alternativas de renda para garantir o sustento na velhice. Além da aposentadoria, a poupança, o investimento, por exemplo em imóveis, são também formas de ter renda na aposentadoria." Pagnussat aponta que, provavelmente, os gestores públicos e as autoridades econômicas gostariam muito de elevar tanto o salário mínimo quanto o teto do **INSS**. "Porém isso teria impactos dramáticos nas contas públicas. Hoje a previdência já representa 55% do gasto federal. Cada vez sobra menos recursos para as demais políticas públicas - saúde, educação, segurança pública, assistência social, etc. A responsabilidade fiscal das autoridades econômicas impõe essa precaução", aponta.

O teto do **INSS** define o valor máximo que o segurado pode receber de qualquer benefício previdenciário, incluindo aposentadorias. Em 2021, o teto do **INSS** foi de R\$ 6.433,57. Este ano, o valor saltou para R\$ 7.087. A atualização é feita todos os anos pelo governo federal.

Segundo o **INSS**, o teto depende do benefício adquirido pelo segurado. Isso porque cada tipo de aposentadoria, auxílio ou pensão possui formas próprias de cálculo, sendo a forma de cálculo que permitirá a concessão ou não do teto.

Normalmente os benefícios pagos pelo **INSS** são calculados com base na média dos salários de contribuição. Sendo assim, o valor precisará ser equivalente a um percentual da média dos salários de contribuição. Todavia, os segurados precisam redobrar a atenção, porque nem sempre o percentual equivale

a 100%. Existem situações onde a aposentadoria é equivalente apenas a 60% da média dos salários de contribuição.

O aposentado Magnael Viana da Silva, 55 anos, não recebe o teto do **INSS**. "Eu acho que esse teto é muito bom, porém não concordo com esse desconto de imposto de renda, uma vez que trabalhamos 35 anos pagando imposto. Quando aposentamos, ainda tem que pagar imposto. Discordo totalmente. O merecido ou justo seria esse teto sem imposto", opina. (FS)

Corte de 41% no orçamento do INSS ameaça atendimento a segurados



Idiana Tomazelli e Fernanda Brigatti

O Corte de R\$ 988 milhões nas despesas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) previstas no Orçamento de 2022 ameaça o atendimento a segurados, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha.

O Congresso havia aprovado uma dotação de R\$ 2,388 bilhões para gastos de custeio do órgão, responsável pelo pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), porém, vetou 41% dessa verba, deixando o **INSS** com uma previsão de R\$ 1,4 bilhão para o ano.

Embora o valor seja igual ao solicitado pelo governo ao enviar a proposta de Orçamento, em agosto de 2021, técnicos o consideram abaixo do mínimo para assegurar as atividades do órgão.

O **INSS** é vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, que, ao lado do da Educação, concentrou mais da metade dos R\$ 3,18 bilhões em recursos vetados por Bolsonaro no Orçamento de 2022..

Os vetos foram publicados na edição desta segunda-feira (24) do Diário Oficial da União.

O veto no **INSS** se dá justa mente no momento em que o governo tenta regularizar a fila de espera por benefícios, que acumulava 1,85 milhão de pedidos em novembro de 2021 -dos quais 1,3 milhão com espera acima de 45 dias.

Nos bastidores, técnicos dizem que agências podem suspender atendimentos devido à falta de dinheiro.

A tesourada também ameaça comprometer a capacidade do órgão de honrar o pagamento de

contratos terceirizados de vigilância e limpeza. Sem essas atividades de apoio, as agências não podem abrir.

Em dezembro, a falta de pagamento a um fornecedor da área de segurança no Distrito Federal prejudicou o repasse de salários aos vigilantes, que cruzaram os braços. Os atendimentos previstos para os dias de paralisação precisaram ser reagendados.

Para os servidores do órgão, o corte também coloca em risco a infraestrutura da rede de atendimento, o que pode ter efeito sobre a fila de espera. Ainda que o **INSS** tenha investido na digitalização dos serviços nos últimos anos, técnicos e analistas dizem que computadores e sistemas utilizados para validação de dados estão defasados.

"O risco é claro, de ainda maior morosidade nas respostas. Cai um recurso que seria usado para gestão e processamento de dados. A manutenção da estrutura, dos equipamentos, de internet, tudo isso já está profundamente sucateado", diz Viviane Pereira, secretária de políticas sociais da Fenasp (federação dos sindicatos de trabalhadores em previdência e assistência social).

Segundo a dirigente sindical, muitas agências ainda não reabriram as portas, em meio à pandemia, por falta de estrutura mínima de atendimento, como ventilação e banheiros acessíveis. Com o corte, a Fenasp aposta na inviabilidade de centenas de agências.

"A gente vem reiteradamente discutindo a necessidade de melhoria e de reabrir agências. O serviço do **INSS** não pode ficar apenas pela internet. O segurado ainda tem muita dificuldade de fazer tudo online", diz Pereira.

A entidade começou um levantamento, junto aos estados, de quantas agências devem ficar sob risco de paralisação diante do corte de verbas.

Nesta segunda, as federações e sindicatos de técnicos e analistas do seguro social começaram a redigir um ofício ao atual presidente do **INSS**, José Carlos Dias de Oliveira, no qual pedem o detalhamento de cada uma das atividades que serão afetadas pela redução de recursos.

Rita de Cássia Assis Bueno, dirigente do Sinsprev (Sindicato dos Servidores e Trabalhadores Públicos em Saúde, Previdência e Assistência Social) em São Paulo, diz que a expectativa dos funcionários do órgão era oposta ao que se consolidou com o veto.

"O sistema, os computadores, tudo é muito antigo, vive fora do ar. É o contrário do que o **INSS** precisa, que é investimento."

Em 24 de agosto de 2021, o então presidente do **INSS**, Leonardo Rolim, afirmou que o valor mínimo para assegurar o funcionamento do órgão seria de R\$ 1,863 bilhão. O alerta foi registrado em ata de reunião do CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**).

No ano passado, o Congresso aprovou inicialmente uma previsão de R\$ 1,176 bilhão para as despesas de custeio e investimentos do **INSS**, mas ao longo do ano a cifra foi elevada a R\$ 1,456 bilhão, justamente para evitar um apagão.

Ainda que o valor aprovado para 2022 seja semelhante, há expectativa de que os contratos terceirizados fiquem mais caros, devido ao aumento do salário mínimo de R\$ 1.100 para R\$ 1.212. Por isso, o dinheiro é considerado insuficiente.

Além disso, averba prevista para este ano é a menor desde pelo menos 2010, quando consideradas as dotações finais para o **INSS** em cada ano, após remanejamentos.

O veto ao orçamento do **INSS** também compromete os planos de digitalização e inovação do órgão, segundo as fontes ouvidas pela reportagem.

O órgão permite a concessão de aposentadoria por idade urbana, parte das aposentadorias por tempo de contribuição e BPC (Benefício de Prestação Continuada) a idosos de forma digital, por exemplo.

O plano é estender a automatização aos benefícios rurais e aos urbanos que ainda não foram totalmente digitalizados, mas a falta de recursos pode levar a atrasos.

A empresa responsável por viabilizar a tecnologia é a Data-prev, cujo contrato já vem sofrendo sucessivos cortes. Segundo as demonstrações contábeis do **INSS**, o órgão ainda acumulava um passivo de R\$ 99,6 milhões com a estatal no terceiro trimestre de 2021.

Há também o temor de que fiquem comprometidas as verbas para manutenção da "Helô" assistente virtual do órgão que tem ajudado a desafogar a demanda por atendimentos presenciais ou telefônicos, pela Central

135.

Como boa parte dos atendimentos de orientação e informação foi direcionada para esses canais digitais, a falta de verbas pode, na avaliação de técnicos da área, sobrecarregar agências e reduzir a eficiência do **INSS**, que hoje tenta centrar sua mão de obra na análise de benefícios.

A avaliação é que esse gargalo pode comprometer o cumprimento dos prazos para zerar a fila de espera por benefícios, previstos em acordo homologado pelo Supremo.

O **INSS** também deve ter dificuldades para implementar o projeto de teleatendimento, que inclui perícias a distância. O TCU (Tribunal de Contas da União) já ordenou a elaboração de um protocolo para o atendimento remoto dos segurados.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49801&anchor=6448986&pd=8eee99ac5c251e9f47303bd46b5794a9>

Bolsonaro mantém no Orçamento previsão de reajuste para servidores

Idiana Tomazelli e Mateus Vargas

Os ministérios do Trabalho e Previdência e da Educação concentram mais da metade dos R\$ 3,18 bilhões em recursos vetados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento de 2022.

A pasta comandada por Onyx Lorenzoni foi alvo de um corte de R\$ 1 bilhão, sendo a maior parte (R\$ 988 milhões) do **INSS**.

O valor praticamente anula o incremento de R\$ 1,08 bilhão que o ministério havia tido durante as discussões do Orçamento no Congresso. Além disso, representa um terço do que estava reservado para o custeio do órgão.

Já na Educação, chefiada por Milton Ribeiro, a tesourada foi de R\$ 802,6 milhões, dos quais R\$ 499 milhões pertenciam ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Assim como Trabalho, a Educação também havia ganhado recursos durante a tramitação do Orçamento no Legislativo.

Como mostrou a Folha, a estratégia dos técnicos do governo era centrar os vetos necessários em órgãos que haviam tido incremento de verbas, em uma tentativa de minimizar o desgaste político da tesourada.

Apesar dos cortes, Bolsonaro manteve a autorização de despesa de R\$ 1,7 bilhão para a concessão de reajustes a servidores em 2022.

A intenção do presidente é contemplar as corporações policiais, mas outras categorias pressionam para também serem agraciadas.

A promessa desencadeou uma reação dos demais setores do funcionalismo, que ameaçam com paralisação e pressionam por correções também em seus salários.

Os vetos de Bolsonaro foram publicados na edição desta segunda (24) do Diário Oficial da União. A medida é necessária para recompor gastos com pessoal que foram subestimados pelos parlamentares.

Ao todo, o corte atingiu R\$ 1,82 bilhão das despesas discricionárias, que incluem custeio de ministérios e investimentos, além de R\$ 1,36 bilhão de emendas de comissão. As emendas desse tipo são de autoria das comissões permanentes da Câmara e do Senado.

Outros ministérios atingidos foram Desenvolvimento Regional (R\$ 458,7 milhões), Cidadania (R\$ 284,3 milhões) e Infraestrutura (R\$ 177,8 milhões).

Na Saúde, o veto totalizou R\$ 74,2 milhões, dos quais R\$ 12,7 milhões foram subtraídos de verbas de pesquisa e educação da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). O órgão tem sido peça fundamental no desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19.

O Ministério da Economia, que já havia sido alvo de um corte de 50% em suas verbas durante a votação no Congresso, foi poupado de novas reduções de recursos. A pasta de Paulo Guedes teve um veto de apenas R\$ 85,9 mil.

Nos próximos meses, a Economia deve precisar de uma recomposição de recursos para se manter em funcionamento. Os técnicos estimam a necessidade de R\$ 5 bilhões. Sem novos créditos, a pasta pode parar já no primeiro semestre.

Presidente corta verbas de pesquisas e combate a incêndios Os vetos de Jair Bolsonaro ao Orçamento de 2022 atingiram verbas de pesquisa em saúde, combate a incêndios florestais, manutenção de hospitais universitários e demarcação de terras indígenas.

Os cortes ocorrem em um contexto de continuidade do enfrentamento aos efeitos da pandemia, que novamente ameaçam sobrecarregar o sistema de saúde, e depois de um ano marcado por fortes queimadas em biomas como a Amazônia e o cerrado.

No ano em que pretende buscar a reeleição, a decisão política do presidente foi blindar R\$ 16,5 bilhões em emendas de relator, instrumento usado por parlamentares para irrigar seus redutos eleitorais, e manter uma reserva de R\$ 1,7 bilhão para a concessão de reajustes a servidores.

Ao todo, Bolsonaro precisou cortar R\$ 3,18 bilhões em despesas, medida que acabou recaindo em áreas que

já têm recebido menor atenção no atual governo.

"O tamanho do veto corresponde à invenção de última hora de Bolsonaro, porque é mais ou menos o valor que ele precisa para dar o aumento, segundo se imagina, para uma categoria do serviço público, que é a polícia", critica a deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ), vice-líder da minoria na Câmara.

Embora o governo possa abrir créditos extraordinários para bancar despesas extras com saúde em caso de recrudescimento da pandemia, o corte de R\$ 12,7 milhões na verba de pesquisa e ensino da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) se tomou alvo de críticas por sua sinalização. O órgão teve papel central no desenvolvimento de vacinas.

Houve cortes ainda em verbas de pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia e da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

"Foram R\$ 43 milhões só na Embrapa, exatamente em ciência e tecnologia de agricultura, e mais R\$ 72 milhões no Ministério de Ciência e Tecnologia, que já tinha um orçamento extremamente baixo, já tinha perdido muito orçamento nesse período", criticou a deputada do PC do B.

No Ibama, a verba destinada a prevenção e controle de incêndios sofreu um corte de R\$ 17,2 milhões -o equivalente a 25% da dotação inicialmente reservada, que era de R\$ 67,2 milhões.

Dessa maneira, os R\$ 50 milhões aprovados para este ano ficaram abaixo do destinado a essa ação em 2021. Para o ano passado, o Congresso havia aprovado R\$ 29,7 milhões, mas a dotação subiu depois a R\$ 57,4 milhões.

Embora não tenha sido alvo de veto, a ação do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) para fiscalização, prevenção e combate a incêndios também ficou menor do que o executado em 2021.

Foram reservados R\$ 75,6 milhões para 2022 para essa frente. No ano passado, o Orçamento reservou inicialmente R\$ 14,2 milhões, mas a verba foi ampliada ao longo dos meses para R\$ 87,5 milhões.

O deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), um dos mais atuantes na área ambiental no Congresso, lamentou os vetos e afirmou que os cortes ameaçam o combate aos incêndios florestais que ocorrem em períodos de seca no país.

"No meio da crise, em junho, quando vai estar pegando fogo em todo lugar, o governo vai tentar

contratar brigadistas e não vai conseguir, porque não vai ter Orçamento", diz. "É um governo que tem cortado Orçamento para indígenas, quilombolas." O Ibama informou que o corte foi feito em verbas acrescentadas pelos parlamentares via emenda de comissão, sem impactar a proposta original do governo.

Bolsonaro ainda vetou R\$ 1,6 milhão da verba de demarcação de terras e proteção de povos indígenas, ações executadas pela Funai.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49801&anchor=6448986&pd=8eee99ac5c251e9f47303bd46b5794a9>

Bolsonaro veta R\$ 3,2 bilhões em despesas do Orçamento de 2022

Órgão	Corte, em R\$	
Trabalho e Previdência	1.005.481.055,00	
Educação	802.629.221,00	
Desenvolvimento Regional	458.709.825,00	
Cidadania	284.317.016,00	
Infraestrutura	177.829.361,00	
Agricultura	87.229.027,00	
Saúde	74.203.778,00	
Comunicações	63.547.143,00	
Defesa	62.109.408,00	
Justiça e Segurança	54.820.366,00	
Meio Ambiente	35.141.205,00	
Turismo	34.264.653,00	
Mulher, Família e Direitos Humanos	16.479.079,00	
Minas e Energia	11.440.618,00	
Ciência e Tecnologia	10.312.792,00	
Relações Exteriores	3.571.811,00	
Presidência da República	1.785.905,00	
Banco Central	103.128,00	
Economia	85.940,00	
Operações oficiais	42.970,00	

Fonte: Diário Oficial da União

Um Orçamento a serviço da reeleição (Editorial)

A sanção do Orçamento deste ano traduz em números a predominância da disputa eleitoral sobre as necessidades do País e consolida o sequestro de verbas públicas pelo Centrão com aval do governo. Com quase 95% da peça orçamentária direcionada para despesas obrigatórias - que incluem pagamento de servidores e de benefícios previdenciários -, o Executivo tinha pouca margem de manobra para cortes, mas conseguiu uma folga adicional ao dilatar o teto de gastos, desmoralizando um instrumento que funcionava como âncora fiscal e dava credibilidade às contas públicas.

É justamente por isso que os alvos e áreas blindadas de tesouradas precisam ser analisados com rigor, pois representam de forma cristalina as escolhas de Jair Bolsonaro e dos partidos que o apoiam: tudo pela eleição, nada pelo País.

Do total de R\$ 3,184 bilhões cortados, mais da metade seria destinada aos Ministérios do Trabalho e da Educação.

Serão R\$ 988 milhões a menos para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Na pasta da Educação, os vetos atingiram o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela transferência de recursos a Estados e municípios, com R\$ 499 milhões. A peça orçamentária terá o menor valor para investimentos federais de toda a história, com R\$ 42,3 bilhões, equivalente a 20% do volume autorizado há dez anos. O Ministério com a maior quantidade de recursos para esse fim não será o da Infraestrutura, que sofreu o quinto maior corte entre as pastas, mas o da Defesa, com R\$ 8,8 bilhões. Como esse dinheiro impulsionará o esqualido crescimento econômico é uma incógnita. Não foram poupadas nem mesmo verbas de R\$ 11 milhões para a Fiocruz, que tem tido papel fundamental na produção de vacinas contra a covid-19. Na área de Saúde, outro alvo foram as ações para saneamento em comunidades rurais e remanescentes de quilombos, com R\$ 40 milhões.

Previsivelmente, foram blindados os valores destinados às emendas de relator, que garantem o apoio dos parlamentares ao governo por meio do chamado orçamento secreto, revelado pelo Estadão. Superior às dotações de vários Ministérios, a verba de R\$ 16,48 bilhões passou incólume pelos vetos.

Deputados e senadores terão à sua disposição R\$ 35,6 bilhões para atender a seus interesses paroquiais neste ano. Para facilitar a vitória dos aliados, o Executivo não tocou no Fundo Eleitoral, que terá R\$ 4,96 bilhões - mais que o dobro de 2020 e quase o triplo de 2018. A depender de novos e prováveis remanejamentos e da evolução dos resultados das pesquisas eleitorais, o fundo poderá ser elevado para até R\$ 5,7 bilhões.

Tampouco foram atingidos por cortes os recursos assegurados para o reajuste de servidores federais, de R\$ 1,7 bilhão. É evidente que o valor é insuficiente para todos os funcionários públicos, de forma que deverão ser contempladas apenas as forças de segurança formadas por potenciais eleitores bolsonaristas - Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Essa escolha, porém, é mantida sob "sigilo" para tentar conter a revolta das demais categorias e eventuais greves.

O corte foi bem inferior à necessidade apontada pelo Ministério da Economia, de R\$ 9 bilhões. Técnicos já haviam observado que o Congresso tinha subestimado os valores necessários para despesas obrigatórias. Agora, no entanto, quem manda no dinheiro do contribuinte é o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, enquanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, assiste inerte à destruição da credibilidade fiscal do País em um misto de oportunismo e síndrome de Estocolmo.

O direcionamento de verbas públicas para interesses eleitorais não é incomum na história brasileira, mas poucas vezes se viu de forma tão clara a sanha de um presidente em busca da reeleição e o custo de sua aliança política como no Orçamento deste ano. Resgatar o poder de elaboração e execução da peça orçamentária, tarefa inerente ao Executivo e tomada pelo Legislativo com aval do governo, será uma meta árdua e indispensável do próximo presidente.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Veto no Orçamento afeta mais o INSS e Educação

Estevão Taiar, Edna Simão e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187123

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187123

Tesouradas no Orçamento resultam em cortes pesados na área social

Rosana Hessel

O corte de R\$ 3,18 bilhões determinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento deste ano tem os ministérios do Trabalho e Previdência e da Educação como os mais atingidos, com uma tesourada conjunta de R\$ 1,8 bilhão, mais da metade do total, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA), sancionada e publicada, ontem, no Diário Oficial da União (DOU). Para preservar gastos eleitorais e agradar ao Centrão, Bolsonaro preferiu cortar benefícios assistenciais, investimentos na educação básica, e verbas para pesquisa científica, para a proteção ambiental e combate a incêndios florestais e à violência contra a mulher.

No Ministério do Trabalho, que teve um corte de R\$ 1 bilhão - praticamente um terço de todo o contingenciamento orçamentário -, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), perdeu R\$ 988 milhões, dos quais R\$ 709,8 milhões em programas para melhorar a administração do órgão. Na Educação, os cortes somaram pouco mais de R\$ 800 milhões, e foram desde o apoio para o desenvolvimento da educação básica em âmbito nacional, incluindo a aquisição de veículos escolares, até o fomento à pesquisa científica, extensão e inovação das instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Praticamente metade desse montante foi contingenciada no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O fato de o governo não dar justificativas plausíveis para os cortes chamou a atenção de especialistas, que não pouparam críticas às medidas eleitorais. Investimento em pesquisa e na educação básica são fundamentais para um país. Estudos comprovam que é onde há mais retorno em termos de gastos na atividade econômica, mas o governo preferiu blindar o fundo eleitoral e as emendas do relator, que são gastos de curto prazo, sem impacto na economia, lamentou a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria. O governo preferiu gastar mais com financiamento de campanha do que com educação. Isso é um indicativo de falta de planejamento e de que o governo está focado em gastos de curto prazo, a fim de atender as demandas do Centrão, do que despesas meritórias como saúde, educação e gestão ambiental, emendou.

No Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), a tesourada de Bolsonaro ficou perto de R\$ 460 milhões, com destaque para os R\$ 122 milhões previstos na implantação do projeto Sul-Fronteira, em Mato Grosso do Sul.

O presidente resolveu limar até os recursos no combate à violência contra as mulheres do Ministério da Mulher e Direitos Humanos. Os cortes na pasta somaram R\$ 16,5 milhões. E, no Ministério da Cidadania, nem mesmo os programas de assistência social ficaram de fora dos cortes, como o de estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade. A redução de gastos total na pasta ficou pouco acima de R\$ 260 milhões.

Os cortes mais expressivos no Ministério da Agricultura foram no fomento ao setor agropecuário, de R\$ 42,9 milhões, além da redução de recursos para órgãos coligados. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo, teve cortes de R\$ 43,8 milhões em programas de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias e inovação. Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) perdeu R\$ 85,9 mil para o reconhecimento e indenização de territórios quilombolas e o mesmo valor para a consolidação de assentamentos rurais.

O Ministério de Infraestrutura sofreu cortes de R\$ 177,8 milhões, principalmente, em obras rodoviárias. Já o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações sofreu cortes de pouco mais de R\$ 10 milhões no financiamento de pesquisas de desenvolvimento científico e formação de capacitação.

Tesourada na saúde pública

Nem mesmo o Ministério da Saúde foi poupado nos cortes do Orçamento de 2022 e recebeu uma tesourada de pouco mais de R\$ 70 milhões, com destaque para o contingenciamento de R\$ 11 milhões para pesquisas e desenvolvimento tecnológico da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A entidade é responsável pela produção da vacina contra a covid-19 da AstraZeneca no Brasil e credenciada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para produzir a matéria-prima do imunizante em território

nacional.

Outros R\$ 40 milhões de recursos da pasta para a melhoria de serviços de saneamento básico em pequenas comunidades rurais e quilombolas também foram limados pelo presidente.

No Ministério da Justiça e Segurança Pública, houve cortes nas despesas com a defesa do consumidor, de R\$ 429,8 mil, e nos recursos para regularização e demarcação das terras indígenas e proteção dos povos mais antigos do país do orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), que somaram R\$ 1,6 milhão. A principal tesourada da pasta, no entanto, ocorreu nos cursos para a formação de novos policiais, de R\$ 52,7 milhões.

Incêndios florestais

A fiscalização nas alfândegas e a proteção ambiental também foram prejudicadas pelos cortes de Bolsonaro na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano. O Ministério do Meio Ambiente sofreu cortes nas estratégias de preservação ambiental e recuperação da biodiversidade, incluindo a prevenção de incêndios em florestas. Ao todo, a tesourada da pasta girou em torno de R\$ 35 milhões. Já o Ministério da Economia suprimiu R\$ 85,8 mil para a auditoria e a fiscalização **aduaneira**.

O incentivo para a geração de energia renovável e o Programa Nacional de Biocombustíveis (Renovabio) foram os sacrificados no Ministério de Minas e Energia, que teve R\$ 11,4 milhões das despesas reduzidas. Apenas na Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), estatal subordinada à pasta, a tesourada foi de R\$ 7,8 milhões nos gastos com levantamento geológico e integração geológica.

O Ministério da Defesa sofreu cortes nos programas de blindados e de submarinos convencionais, assim como a implantação da infraestrutura para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), somando pouco mais de R\$ 61 milhões em redução de despesas. Curiosamente, entre elas, há uma rubrica de caráter sigiloso que sofreu corte de R\$ 85,9 mil - número que aparece em cortes de outras pastas com frequência.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4980020-cortes-pesados-na-area-social.html>

Governo reserva R\$ 1,7 bi para reajuste de servidor

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator promete leitura da reforma tributária na CCJ na 1ª semana após recesso - COLUNA DO ESTADÃO



CAMILA TURTELLI e MATHEUS LARA

Na volta do recesso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve se empenhar para garantir a aprovação da sua **reforma tributária**, a PEC 110. O relator da proposta de emenda à Constituição, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), renovou a mobilização com secretários de fazenda dos Estados nos últimos dias e está otimista com o avanço do texto. "Vamos fazer a leitura na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) já na primeira semana", disse Rocha à Coluna. O parlamentar trabalha com a expectativa de enviar a proposta para a Câmara dos Deputados ainda na primeira quinzena de fevereiro. Se conseguir, Pacheco enfim poderá ter uma "marca" para chamar de sua.

VAI SUAR.

O plano dos senadores, no entanto, esbarra em algumas dificuldades: o fato de ser um ano eleitoral, com atenções voltadas para as campanhas, mas principalmente a falta de empenho do Palácio do Planalto com o tema.

TIRAR DA FRENTE.

Por outro lado, o senador tucano acredita ter ampliado

a adesão à reforma em alguns Estados e está otimista. Entre alguns parlamentares, existe a avaliação de que é melhor fazer a reforma agora, durante o governo de Jair Bolsonaro, do que deixar para o ano que vem.

REPESCAGEM.

O RenovaBR decidiu dar uma nova chance para os interessados em seu curso de preparação de possíveis candidatos para as eleições deste ano. A partir desta terça-feira, 25, estarão abertas as inscrições para vagas remanescentes para a formação oferecida pelo grupo cívico.

ESTOU AQUI.

Um dos principais soldados de Bolsonaro na defesa do voto impresso, o deputado Filipe Barros (PSLPR) quer ter apoio do presidente para disputar o governo do Paraná. "Estou à disposição caso Bolsonaro considere que temos que lançar alguém aqui", disse o parlamentar à Coluna.

AJUSTES.

No Paraná, Bolsonaro tem tido uma boa relação com Ratinho Jr. (PSD), que deve concorrer à reeleição. Barros, no entanto, é enfático: "O eleitor bolsonarista no Paraná não vota no Ratinho".

AGULHA.

No STF, a maior parte dos ministros está com a vacinação contra a covid-19 em dia e já apresentou ao departamento médico a comprovação das três doses recebidas. As exceções, por enquanto com as duas primeiras doses no braço, são os ministros Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli.

QUASE.

O Novo entrou na reta final de seus trâmites internos para definir os candidatos deste ano. A sigla quer ter 5 a 7 candidatos a governador. Vinicius Poit (SP), Paulo Ganime (RJ) e Aridélmo Teixeira (ES) devem ser confirmados.

TIC-TAC.

Já completou mais de um mês o convite feito publicamente pelo presidente do PSB, Carlos Siqueira, ao ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin para ele se filiar à legenda. Ainda sem resposta...

PRONTO, FALEI!

Murilo Medeiros, Cientista político

"Para avançar como nação, o Brasil precisa superar o tripé do atraso: Estado máximo, cidadão mínimo e as variantes do populismo que permeiam nossa política"

CLICK

João Doria, Governador de São Paulo (PSDB)

Tucano recebeu o ex-presidente da Bolívia Jorge Quiroga. Os dois conversaram sobre democracia e falaram sobre as políticas bilaterais entre os países.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC dos combustíveis dribla LRF, avaliam tributaristas

EDUARDO LAGUNA

Apesar de criticada por contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposta lançada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) de zerar impostos dos combustíveis sem contrapartida de receita não deve esbarrar em restrições legais, conforme avalia a maioria dos advogados tributaristas ouvidos pelo Estadão/Broadcast.

Como o governo não pretende aumentar tributos para financiar a desoneração, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal, a proposta só se viabiliza via emenda à Constituição.

"Por se tratar de emenda, (o projeto) não é inconstitucional.

Não deixa de ser, porém, desaconselhável face à necessidade de manter um equilíbrio fiscal mínimo", afirma Igor Mauler Santiago, sócio fundador do Mauler Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Processo Tributário (IDPT).

A proposta foi confirmada na semana passada por Bolsonaro, que abriu negociações com o Congresso para zerar as alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol. A isenção pode se estender à conta de luz.

Mesmo a ideia de incluir o ICMS dificilmente seria obstruída no Supremo Tribunal Federal (STF). "A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) autorizaria os Estados a promover as alterações, mantendo a autonomia de cada ente federativo.

Por isso, deve avançar", diz Guilherme Amorim Campos da Silva, sócio da Rubens Naves Santos Jr. Advogados.

Ainda que não seja inconstitucional, João Vitor Kanufre Xavier, sócio do Galvão Villani, Navarro e Zangiácomo Advogados, entende que a proposta contraria uma lógica que levou anos para se consolidar na LRF.

"Criar uma exceção seria ruim porque enfraquece a LRF", diz.

Se for em frente, o impacto aos cofres públicos é

estimado entre R\$ 50 bilhões, se considerada apenas a isenção dos combustíveis, e R\$ 57 bilhões, caso se estenda à energia.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gasolina sobe nas bombas pela segunda semana seguida

Nicola Pamplona e Leonardo Vieceli

Com o repasse às bombas dos reajustes anunciados pela Petrobras no dia 11, o preço médio da gasolina subiu 0,8% na semana passada. O litro do diesel teve alta de 2,9%, de acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

É a segunda alta seguida da gasolina após oito semanas consecutivas de queda, cenário que preocupa o governo pelo risco de contaminação do debate eleitoral. Os preços devem ser ainda pressionados pelo fim do congelamento do ICMS sobre os combustíveis, debatido pelos estados.

Segundo a ANP, o litro da gasolina foi vendido na semana passada a R\$ 6,664, em média. Já o diesel chegou à média de R\$ 5,582 por litro. O levantamento da ANP analisa valores cobrados nas bombas de postos espalhados pelo país.

Os combustíveis registram patamar elevado em meio à recuperação dos preços do petróleo no mercado internacional. Na semana passada, a commodity chegou a atingir o maior nível desde 2014.

O comportamento do petróleo provoca impactos no Brasil porque é levado em consideração pela Petrobras na hora de definir os preços dos derivados nas refinarias. Outro fator com forte influência sobre os preços é o câmbio depreciado.

No dia 11, a Petrobras anunciou aumentos de 4,85% no preço da gasolina e de 8% no preço do diesel. Desde a semana anterior aos reajustes, o preço da gasolina tem alta acumulada nas bombas de 1%. Já o diesel subiu 4,45% no período.

Já os preços do etanol hidratado e do botijão de gás ficaram estáveis na semana. O primeiro foi vendido, em média, a R\$ 5,053 por litro. O botijão de 13 quilos, mais usado em residências, teve um preço médio de R\$ 102,53.

A disparada dos combustíveis tem sido motivo de preocupação para o presidente Jair Bolsonaro (PL). Em 2021, ajudou a levar a **inflação** oficial a alta de 10,06%, a maior desde 2015. A escalada inflacionária foi puxada pelo grupo de transportes, que, por sua vez, refletiu a carestia de produtos como a gasolina.

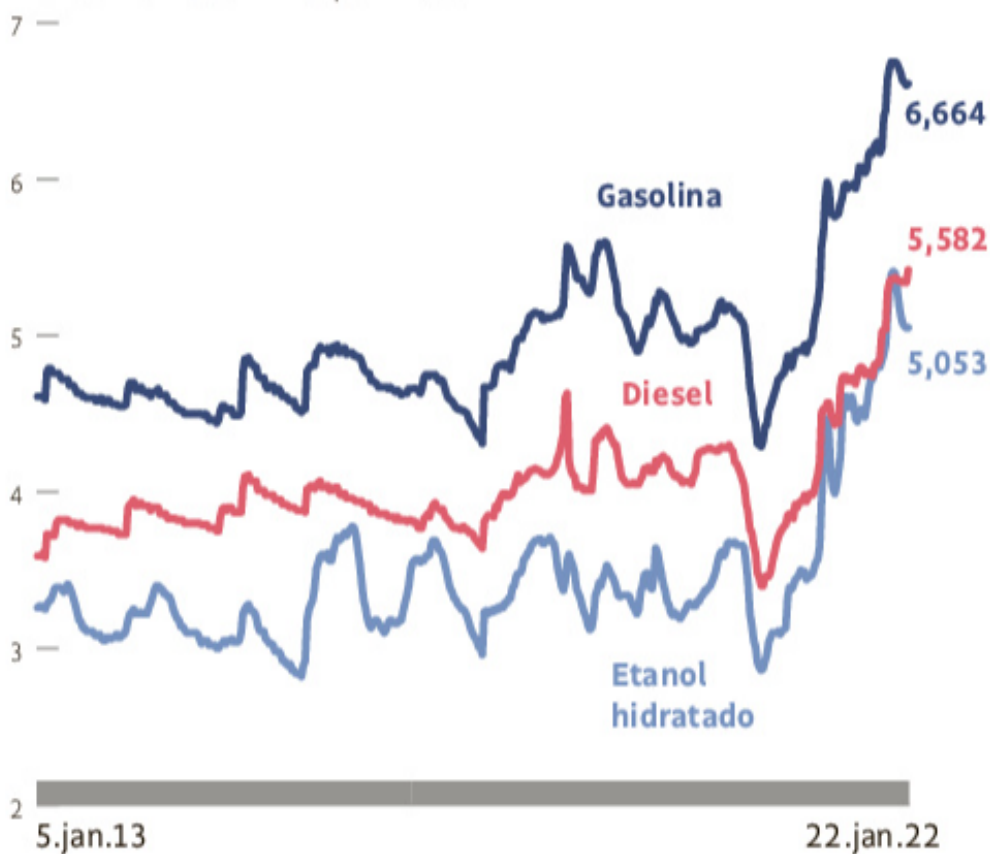
Pressionado, o governo federal anunciou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar a redução temporária de **tributos** sobre combustíveis e energia elétrica, em uma tentativa de aliviar o bolso dos consumidores em ano eleitoral.

Site:

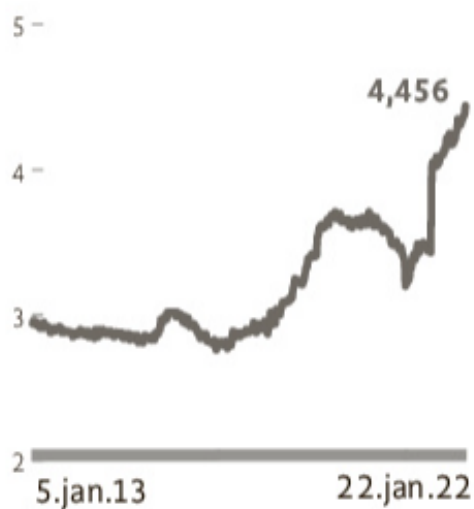
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49801&anchor=6448986&pd=8eee99ac5c251e9f47303bd46b5794a9>

Evolução dos preços dos combustíveis*

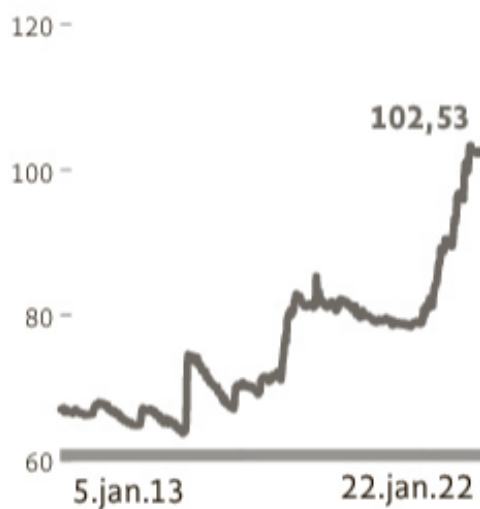
Por semana, em R\$ por litro



GNV*, em R\$ por metro cúbico



Gás de cozinha*, por semana, em R\$ por botijão de 13 quilos



*Corrigidos pelo IPCA Fonte: ANP

Equacionar a previdência da União e dos demais - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Conforme destaquei anteontem no programa Canal Livre, da TV Band, União, estados e municípios ostentam, hoje, deficits financeiros anuais gigantescos e insustentáveis nas suas previdências, da ordem de R\$ 200 bilhões. Esse, a meu ver, é o problema número um a ser atacado pelas autoridades responsáveis pela área fiscal. Só assim abrir-se-á espaço de relevante dimensão para serem destinados recursos suficientes à recuperação dos combalidos investimentos ou outros usos prioritários do dinheiro público. Tenho em mente que há uma tríade de des governança macroeconômica no País, que contém esse e mais dois itens cuja discussão aprofundarei em outras oportunidades.

Por enquanto, chamo a atenção para o caso do estado do Rio, que acaba de voltar aos holofotes por conta da revisão do seu enquadramento no chamado PRF - Programa de Recuperação Fiscal, e porque tende a ser o estado com a situação financeira mais complicada de todos. Às vésperas de assinar o primeiro PRF, que o dispensaria de pagar o serviço da sua dívida registrada junto ao principal credor, a União, o Rio terminou ostentando em 2016 um elevado deficit orçamentário total no balanço daquele ano (ou seja, sem cobertura das fontes do próprio ano) de R\$ 10,1 bilhões, o que equivalia a 16,6% do gasto total. E, como o serviço da dívida era de 7,7% do total, seu refinanciamento integral, se tivesse ocorrido já em 2016, deixaria ainda uma elevada insuficiência de recursos a serem jogados, como de fato foram, em restos a pagar. De lá para cá, como o estado, por conta dos demais problemas, continuasse a acumular deficits orçamentários, é sinal de que se manteve inalterado o mesmo processo de acumulação de restos a pagar, e se foi criando um novo tipo de dívida a ser obviamente honrada com menor facilidade ou segurança.

Vale a pena informar, na sequência, os expressivos deficits orçamentários anuais que terminaram sendo acumulados no mandato 2015-18, ainda que, em 2018, isso tenha se dado em desacordo com o dispositivo legal que proíbe a passagem de restos a pagar acumulados em qualquer mandato para o seguinte (Lei de Responsabilidade Fiscal). Foram eles (em R\$ bilhões.): 2015 - 4,3; 2016 - 10,1; 2017 - 5,5; 2018 - 6,3. Total: R\$ 26,2 bilhões. Esse virou,

portanto, um novo drama com que o estado passou a ter de lidar, independentemente do alívio propiciado pela rolagem da dívida antiga com a União.

Donos do orçamento

Voltando às contas normais do estado, cabe notar, ainda com base nos dados de 2016, que, mesmo suspendendo o pagamento do serviço da dívida naquele ano, de 7,7% do gasto total, restou ainda enfrentar, antes de mais nada, os gastos com os demais itens obrigatórios (ou que chamo de "donos do orçamento"), que somam não menos que 52,4% do total, correspondendo, basicamente, a educação, saúde, segurança, e poderes autônomos (Legislativo, Judiciário, MPE, TCE e DP). Após isso, sobram a despesa com aposentadorias e pensões (22,8% do total) e os gastos discricionários (pessoal ativo, outros custeios e investimento, este último com apenas 3,4% do todo). Assim, os gastos mais rígidos e mais difíceis de reformar ou alterar somam cerca de 60% do total, ficando o estado diante do seguinte dilema: equacionar o problema previdenciário ou comprimir ainda mais os itens que já chegaram ao limite mínimo inferior, ou seja, os gastos discricionários, especialmente os investimentos...

Agora, ocorre que a burocracia do Ministério da Economia acaba de recusar a proposta de ajuste oferecida pelo Rio para renovar o seu PRF, alegando que as medidas de cortes de gastos e aumento de arrecadação têm chances remotas de se sustentar, criando-se um certo impasse, pois, a rigor, sem a aprovação de uma nova proposta, o assunto morreria agora, cabendo ao estado pagar de volta todo o serviço da dívida que a União refinanciou até o momento. É fato que, como a maioria dos estados, o Rio obteve uma liminar do STF garantindo que devolução não precisará ocorrer enquanto a citada renegociação não chegar a bom termo. Em face disso, movimentam-se agora, freneticamente, as peças do xadrez político em busca de uma saída.

Exemplo

Questionado pela banca do Canal Livre sobre o melhor caminho para sair do impasse, lembrei aos colegas que, na União, o problema é exatamente o mesmo (exceto porque a União tem a vantagem de poder emitir moeda e se endividar com maior

liberdade), e, ao contrário do que possa parecer, a Emenda nº 103/19, que acaba de ser aprovada, obriga a que todas as partes, sem exceção, promovam o equacionamento dos deficits das respectivas previdências. É lamentável, assim, que a União, que deveria dar o exemplo aos demais entes, não se empenhe o suficiente para promover o equacionamento dos seus próprios deficits.

Sobre as demais peças da tríade da desgovernança macroeconômica em nosso país, selecionei as seguintes: o forte viés pró-aumento de juros que vigora no país, a meu ver totalmente equivocado, sem falar no seu altíssimo custo para os contribuintes, e a busca frenética pela redução entre a razão entre a dívida pública e o **PIB**, que, se medida corretamente, é cerca de apenas 20% do valor divulgado nas estatísticas oficiais. Assunto para próximos artigos.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Equacionar a previdência da União e dos demais

Pacificação, governança, reconstrução (Artigo)



CRISTOVAM BUARQUE Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

O professor Hussein Kalout costuma lembrar que o próximo presidente terá três desafios: pacificação, governança e reconstrução. Ele terá o desafio de pacificar o país, social e politicamente. Quebrar a polarização que divide o Brasil em polos divorciados, depois de cinco séculos de desigualdade social com cara de apartação, e de alguns anos com líderes, militantes e cidadãos separados em extremos sem diálogo.

Deverá também ser capaz de exercer governança que permita ao Brasil voltar a funcionar, depois da degradação de suas instituições, do imenso desequilíbrio fiscal, da corrupção, do corporativismo e da política sem espírito público. Fazer o país funcionar e o Estado ter eficiência é um desafio fundamental para o próximo presidente.

Precisará também iniciar a reconstrução do que vem sendo destruído ao longo dos anos de recessão econômica, sequestro e aparelhamento do Estado, atraso tecnológico, agravados pela estupidez revogatória do atual governo eliminando avanços do passado. Esses desafios seriam enfrentados mais facilmente se as forças políticas tivessem sido capazes de encontrar propostas, nomes, ideias e forças novas que permitissem, em 2022, um salto adiante, sem amarras com o passado. Mas isso não ocorreu.

Prisioneiras do radicalismo, do partidarismo e do imediatismo, nossas lideranças políticas não foram capazes de apresentar novidade nas eleições deste ano. Os 12 candidatos que se apresentam têm cara e propostas (ou falta de propostas) características do passado, dificilmente surgirão nomes capazes de trazer ares novos, passar confiança e seduzir o eleitorado, nas poucas semanas adiante, antes das eleições.

Tudo indica que o processo eleitoral chegará ao segundo turno entre Bolsonaro e Lula, e este último será o nome que o Brasil disporá para pacificar, exercer governança e reconstruir o país. Mas, para isso, ele precisará enfrentar dificuldades com a postura tradicional do partido.

Para pacificar, precisará superar o comportamento de parte da militância e da direção de dividir o Brasil entre o PT e o resto; ser capaz de atrair os que são tratados como inimigos por terem sido discordantes. Esta é uma eleição para o eleito se comportar como pacificador, não como vitorioso.

Lula passa essa visão quando dialoga com líderes de outras forças, mas é preciso mais que isso: uma postura de aceitação de outras forças, propostas e visões dos que desejam tirar o Brasil do abismo, mesmo discordando do PT. A pacificação é um desafio para vencer a eleição, de preferência no primeiro turno, e necessária para permitir a governança depois da posse.

Nesse desafio, o próximo presidente precisará ser pacificador e responsável. Não haverá governança com irresponsabilidade fiscal e **inflação** roubando salários de trabalhadores e aposentados, tampouco sem reformas em regras que isolam e emperram a economia brasileira; precisará liberar forças produtivas e barrar privilégios corporativos que impedem a distribuição da produção. A governança exigirá sensibilidade social para atender às necessidades das camadas pobres, mas também responsabilidade com os limites dos recursos, ecológicos ou fiscais. Seria uma tragédia vencer para acabar com o negacionismo de direita e substituí-lo por negacionismo de esquerda.

Para reconstruir, Lula precisa olhar para o futuro, escapando de visões obsoletas de alguns de seus

aliados que se recusam a perceber a realidade do século 21, preferem continuar com ideias superadas, vendo o próximo governo como instrumento de desfazimento e não de construção. Não se constrói o futuro com nostalgia do passado.

A governança será fundamental para retirar o Brasil do atual abismo, reconstruindo nossa economia e nosso tecido social. Por isso, Lula não pode cair na tentação de revogar e desfazer para voltar a um passado superado, precisa avançar na construção de uma economia sólida e um tecido social justo.

A pacificação e a governança vão exigir comprometimento com a eficiência do Estado a serviço do país e do futuro. Para tanto, há uma palavra adicional, que serve de liga aos três desafios: confiança. Para pacificar, governar e construir, Lula e o PT precisam entender que o Brasil é maior do que qualquer partido e que o futuro não se constrói com nostalgias que negam a realidade.

CRISTOVAM BUARQUE Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Governo de Jair Bolsonaro quer barrar reajuste de 33% no piso de professores



Professora e alunos na escola Thomaz Rodrigues Alckmin, em SP Rivaldo Gomes - 7.jul.20/Folhapress

Paulo Saldana Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PL) quer barrar o reajuste salarial dos professores da educação básica previsto pela Lei do Piso do magistério. A categoria já se mobiliza para judicializações e, dentro do governo, há planos para editar uma medida provisória e alterar regras.

A lei atual vincula o reajuste dos ganhos mínimos dos professores à variação do valor por aluno anual do Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica.

Com base nesse critério, vigente desde 2008, o reajuste para 2022 fica em 33,2% -passando dos atuais R\$ 2.886,24 para R\$ 3-845,34.

Os dois milhões de docentes da educação básica pública estão ligados a estados e prefeituras, que arcam com seus salários. O atendimento ao piso tem sido um desafio para os cofres de municípios e estados.

O reajuste de 33,2% provocaria impacto de R\$ 30 bilhões só nas finanças municipais, segundo a CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

O último aumento do piso foi em 2020 (houve queda do valor referência em 2021). Ao chegar ao piso atual, o incremento foi de 12,84%. Caso o cálculo seguisse o INPC, seria de 4,6%. "Destaca-se que o piso hoje não serve apenas como remuneração mínima, mas, como valor abaixo do qual não pode ser fixado o vencimento inicial, repercute em todos os vencimentos do plano de carreira dos professores", diz nota da CNM.

Gestores aguardam todos os anos sinalização do MEC (Ministério da Educação) sobre a variação do reajuste -o que a pasta tem se negado a fazer, além de expor publicamente a discordância.

Apesar de tentar barrar a valorização dos profissionais de educação, Bolsonaro tem defendido reajuste para policiais em 2022, base eleitoral do presidente. Outras categorias já demonstraram insatisfação.

As regras do Fundeb foram alteradas por emenda constitucional em 2020. Isso aumentou a participação da União no bolo de recursos e, por consequência, impacta o avanço do valor por aluno adotado como critério.

A emenda diz que "lei específica disporá sobre o piso salarial profissional" do magistério. Há consenso de que a lei precisa ser revista para se adequar ao novo Fundeb, mas o Congresso não apreciou novo projeto sobre o tema.

Alinhado com prefeituras e governos estaduais, o governo federal tem mantido entendimento de que, com o novo Fundeb, a lei atual do piso não pode e não precisa ser seguida. Por outro lado, especialistas, congressistas e representações sindicais da categoria afirmam que, enquanto não houver nova lei, o texto de 2008 continua valendo e deve ser respeitado.

O MEC afirmou, em nota divulgada na sexta-feira (14), que há um "entendimento jurídico" interno de que a lei não é mais condizente com a mudança do Fundeb.

A área econômica defende que o reajuste seja atrelado à **inflação**, o que não garantiria aumento real. Assim, o governo estuda a edição de uma MP para mudar o critério de reajuste e vinculá-lo ao INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), o que é defendido pela CNM.

Questionado, o MEC não respondeu. O Ministério da Economia afirmou, em nota, que não comenta "medidas não anunciadas oficialmente".

Em duas oportunidades o governo Bolsonaro já tentou derrubar as regras atuais de reajuste do piso. Uma proposta apareceu durante a tramitação da regulamentação do Fundeb e outra, na negociação sobre alteração do Imposto de Renda, em que o

governo patrocinou votação na Câmara de um recurso parado havia anos. Ambas foram derrotadas no ano passado.

As duas iniciativas previam o reajuste vinculado ao INPC, sem previsão de ganhos reais.

O presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Heleno Araújo, afirma que a entidade já orientou sindicatos da categoria a judicializar a questão caso não haja atendimento à lei atual.

"Há um movimento equivocado do MEC, orientado pela Economia e pressão da CNM, que não deseja aplicar o reajuste corretamente", diz. "O ataque é no índice, e o INPC não atende as metas PNE [Plano Nacional de Educação]", diz.

O PNE prevê equiparação salarial dos professores à média de profissionais com a mesma titulação até 2024. Na média, docentes da educação básica ganhavam, em 2012, o equivalente a 65% da média dos demais profissionais com nível superior.

Esse percentual chegou a 78% em 2019, mas o próprio MEC, que fez o cálculo, diz que a alta se explica, em grande parte, pelo decréscimo de 13% do rendimento dos demais profissionais.

Em abril de 2019, oito estados não cumpriam o piso, segundo a CNTE.

A procuradora Elida Gra-ziane, do Ministério Público junto ao TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), diz que, se não houve revogação expressa da lei de 2008, não pode ser presumida uma revogação tácita.

"Não pode pressupor a perda do lastro da lei exatamente porque a emenda quis fortalecer e ampliar a valorização não só dos professores mas de todo os profissionais da educação", diz ela, especialista em financiamento de direitos fundamentais e orçamento público.

Não há previsão legal que vincule o atendimento da lei a qualquer manifestação do MEC, embora gestores aguardem sinal da pasta. Em geral, isso vem por entrevista do ministro ou por nota à imprensa.

Em 2020, o MEC chegou a fazer propaganda nas redes sociais com o aumento do piso como se fosse realização da gestão.

Segundo Graziane, mesmo sem respaldo legal, essa indicação da pasta sobre o piso consolida a questão nacionalmente e evita disputas interpretativas.

R\$ 30 bilhões É o impacto do reajuste nas finanças municipais, segundo a Confederação Nacional dos Municípios

R\$ 2.886,24 É o valor atual do piso dos professores no país. Com o reajuste, o mínimo da categoria vai para R\$ 3.845,34

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=4980>

Dinheiro curto e o PIB de 2022 (Editorial)

Com muita dificuldade para manter as contas em dia, o consumidor pouco poderá fazer, neste ano, para impulsionar a atividade e favorecer um desempenho econômico superior àquele projetado, até agora, pelos economistas do mercado. O calote é hoje uma fatalidade para milhares de pessoas esforçadas, honestas e empenhadas em liquidar suas dívidas. No ano passado, 64,3% das pessoas bemsucedidas, em 2020, na renegociação de compromissos voltaram a falhar pelo menos uma vez nos pagamentos, segundo a Boa Vista, empresa especializada em análise de créditos. Essa falha, batizada como "reinadimplência", ocorreu em 51,8% dos casos em 2019 e em 53,1% no ano seguinte. A evolução desses números é uma das marcas da administração federal implantada há pouco mais de três anos.

Importante fator de movimentação dos negócios, o endividamento das famílias converte-se em perigosa armadilha quando a fraqueza da economia se combina com **inflação** elevada, crédito caro e um longo período de alto desemprego. O empobrecimento da maioria dos brasileiros, facilmente perceptível nos últimos dez anos, agravou-se a partir de 2019, quando se interrompeu a lenta recuperação econômica iniciada em 2017, depois do tombo recessivo de 2015-2016. O retrocesso econômico e social incluiu o aumento dos moradores de rua, o aumento dos domicílios nas classes D e E e também o ressurgimento da fome. Na passagem de 2020 para 2021, cerca de 20 milhões caíram na pobreza extrema, abandonados pelo poder federal e forçados a depender do auxílio dos concidadãos para a sobrevivência.

Comer, morar sob um teto, dar um mínimo de condições à família e, se possível, pagar as contas continuarão sendo enormes desafios para os trabalhadores pobres, um contingente ampliado na última década e especialmente nos últimos três anos. Quem conseguiu algum posto de trabalho depois do desemprego teve que aceitar menor remuneração, mesmo numa vaga formal, como aponta reportagem do Estadão publicada no último domingo.

Além disso, quanto mais longa a desocupação, maior a dificuldade para uma nova admissão, como já haviam mostrado vários levantamentos. A condição do desempregado se agrava quando ele tem baixa qualificação ou quando ele se torna incapaz de atender às novas necessidades técnicas das empresas, num ambiente de rápidas mudanças.

Incapaz de promover atividade suficiente para a

redução substancial do desemprego, o poder federal tem falhado, igualmente, em promover a qualificação e a atualização da mão de obra. O treinamento tem dependido principalmente da ação de federações empresariais e de iniciativas de governos de Estados.

Além de ter a renda reduzida pelas más condições do mercado de trabalho, o brasileiro tem sido forçado a enfrentar uma forte alta de preços. A **inflação** superou 10% no ano passado e poderá chegar a 5,15% em 2022, ficando novamente acima do teto da meta oficial (5,25% em 2021 e 5% neste ano).

Segundo as medianas das projeções do mercado, os juros básicos atingirão 11,75% até dezembro e o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescerá 0,29%.

Quatro semanas antes ainda se estimava uma expansão de 0,42%. Para 2023 o cálculo aponta um avanço de 1,69%, inferior às taxas normalmente estimadas - entre 2% e 2,5% - para o médio e o longo prazos.

Se o número projetado para 2022 estiver correto, o desempenho econômico do ano só será superior, no mandato do presidente Jair Bolsonaro, ao de 2020, quando a atividade foi devastada pela covid-19 e o **PIB** encolheu 3,9%.

Falando sobre as preocupações em relação a 2022, empresários consultados pelo Estadão mencionaram a pandemia, as incertezas decorrentes das eleições e o quadro macroeconômico, marcado por desaceleração da atividade e **inflação** ainda alta, embora menor que a de 2021. A doença ainda preocupa, mas houve algum aprendizado nos últimos dois anos, assinalaram entrevistados.

Poderiam arredondar sua descrição, facilmente, mostrando como as incertezas políticas se combinam com a **inflação** e o baixo crescimento. Analistas do mercado já chegaram lá.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Esse Orçamento é coerente com a postura de estagnação"

MÁRCIA DE CHIARA

O consultor econômico Raul Velloso, especialista em contas públicas, considera um absurdo o corte nos investimentos públicos em infraestrutura no Orçamento deste ano, muito provavelmente para acomodar os gastos pressionados por questões eleitorais. O resultado dessa manobra será mais um ano de baixo crescimento. "Esse Orçamento é coerente com a postura de condenação à estagnação, foi isso que eles fizeram", diz. Ele defende a troca da regra de teto gasto pelo teto do endividamento, sempre atento à qualidade do gasto. A seguir, trechos da entrevista.

Como o sr. avalia o corte no Orçamento de 2022 que preservou recursos para reajuste de servidores, orçamento secreto, fundo eleitoral, Auxílio Brasil e reduziu o investimento?

Isso é a continuação desse absurdo de levar o investimento para perto de zero. Pelos segmentos que ganham, a maior parte está ligada a razões de cunho puramente político e eleitoral.

Em ano de eleição é muito difícil um governo que depende desse tipo de apoio deixar de destinar dinheiro para isso. O que me preocupa é o aperto ainda maior que está ocorrendo no investimento em infraestrutura, um item desprotegido da pauta, que não tem vinculação de receita e é mais fácil cortar. Esse é o maior absurdo da história.

Por quê?

O investimento público caiu violentamente, medido em percentual do **PIB** (Produto Interno Bruto). Não tem como fazer a economia crescer sem investir o mínimo em infraestrutura, e estamos investindo abaixo do mínimo. Os gastos mais ligados à questão eleitoral, acredito que não há como fugir, com um governo fraco como esse. É o preço do apoio do Centrão. Mas não pode tirar da infraestrutura. O País está caminhando para afundar numa economia de crescimento quase sempre zero por falta de investimento em infraestrutura.

Esse Orçamento é coerente com a postura de condenação à estagnação, foi isso que eles fizeram.

Como mudar?

Sou fortemente contra essa política equivocada de teto de gastos. No fundo, deve ser isso que forçou eles a fazerem esse corte nos investimentos, como a única forma de acomodar a concessão feita a essas outras despesas ligadas basicamente ao apoio ao Centrão.

Como assim?

Não tem por que essa preocupação exacerbada que existe hoje em querer adotar esse tipo de medida com o olho na questão de reduzir a relação entre a dívida e o **PIB**.

O que se deve colocar no lugar do teto?

Nada. Fico irritado ao ver que querem seguir uma política macroeconômica que é vista como insubstituível e na verdade não é. Temos de ter outro tipo de teto: o teto do endividamento, como os Estados Unidos fazem. Não há problema de subir a dívida, desde que você esteja muito atento à questão da qualidade do gasto. A qualidade do gasto é muito mais importante do que o nível do gasto.

E o investimento privado?

Num país como o Brasil é muito difícil mexer na curva do investimento privado. O que vai determinar as variações para cima e para baixo é o investimento público. O Ministério da Economia fica com esse discurso que não se preocupa com o investimento público, porque o privado vai entrar no lugar dele.

Mas o investimento privado não entra. Eles são complementares, não substitutos. Estamos perdendo a oportunidade de fazer o **PIB** crescer.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economistas veem inflação ainda mais longe da meta do BC neste ano

THAÍS BARCELLOS

Economistas do mercado financeiro passaram a ver a **inflação** este ano ainda maior, distanciando cada vez mais da meta que o Banco Central (BC) deve cumprir e indicando que, pelo segundo ano consecutivo, haverá estouro.

A projeção do IPCA, o índice de **inflação** oficial, de 2022 avançou de 5,09% para 5,15%, segundo estimativas divulgadas ontem no Relatório Focus, pelo Banco Central. O objetivo a ser perseguido pelo BC este ano é de 3,50%, com tolerância de 2,0% a 5,0%.

Já a expectativa para o IPCA em 2023 foi mantida em 3,40%. Nesse caso, a projeção se encontra acima do centro da meta, de 3,25%, mas dentro do intervalo de tolerância (de 1,75% a 4,75%).

No **comunicado** do Comitê de Política Monetária (Copom) de dezembro, o BC atualizou suas projeções para a **inflação** com estimativas de 4,7% em 2022 e 3,2% em 2023.

A meta de **inflação** é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia. Na hipótese de a meta de **inflação** ser descumprida, o presidente do BC precisa enviar uma carta aberta ao ministro da Economia para se explicar. Na justificativa que deu para ter descumprido a meta de 2021, Roberto Campos Neto disse que a **inflação** faz parte de um processo global de aumento de preços.

SELIC. Apesar do avanço na estimativa para **inflação**, os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção de 11,75% para taxa Selic no fim de 2022 no Relatório de Mercado Focus. Após subir a Selic em 1,50 ponto porcentual, de 7,75% para 9,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) indicou, no **comunicado** de dezembro, mais um aumento da mesma magnitude em fevereiro, o que levaria a taxa a 10,75%.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC lança serviço para encontrar dinheiro largado nos bancos

**MANOEL VENTURA, VITOR DA COSTA E FERNANDA
TRISOTTO economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>